



ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CIVIL

1. Da pessoa natural. Personalidade e capacidade. O corpo humano. Da pessoa jurídica e seu registro. Da sociedade e das associações civis. Das fundações. Do Domicílio civil.
2. Dos bens.
3. Dos fatos, atos e negócios jurídicos.
4. Dos defeitos dos atos jurídicos.
5. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova.
6. Dos atos ilícitos.
7. Da prescrição e da decadência.
8. Do casamento. Impedimento e sua oposição. Celebração e forma do casamento. Ineficácia do casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Do regime de bens. Dissolução.
9. Relações extra-matrimoniais: União Estável e Concubinato.
10. Relações de parentesco. Filiação. Adoção. Alimentos.
11. Da tutela, curatela e da ausência.
12. Bens de família.
13. Posse. Aquisição. Efeitos. Perda. Proteção.
14. Propriedade. Restrições. Aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Direitos reais sobre coisas alheias.
15. Registros Públicos.
16. Obrigações. Conceito. Fontes. Modalidades. Efeitos. Extinção. Conseqüência da inexecução das obrigações. Cessão de crédito. Contratos. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Obrigações por ato ilícito. Liquidação. Concurso de credores.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17. Responsabilidade Civil.

18. Sucessão legítima e testamentária. Inventário. Sonegados. Colação. Partilha.

DIREITO EMPRESARIAL

1. Comerciante ou empresário comercial. Condições para o exercício da atividade comercial. Obrigações e privilégios dos comerciantes.

2. Sociedades Comerciais. Noções gerais. Personalidade jurídica. Dissolução e liquidação. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Sociedade por ações. Características gerais. A responsabilidade dos sócios.

3. Títulos de crédito. Atributos gerais. Integração das leis uniformes de Genebra no Direito Brasileiro. Nota promissória. Duplicata. Cheque.

4. Contratos Comerciais. Compra e venda mercantil. Mandato mercantil. Representação comercial. Seguro.

5. Falência. Caracterização. Os ritos procedimentais na falência. A sentença falimentar. Efeitos da declaração falimentar. Revogação dos atos praticados pelo falido. A administração da falência. Arrecadação. Verificação e classificação dos créditos. Liquidação e realização do ativo. Extinção das obrigações.

6. Lei 8.078/90.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Da jurisdição.

2. Ação: conceito, condições e teorias.

3. Sujeitos da relação processual: parte e procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. O Ministério Público no Processual Civil.

4. Da competência. Dos impedimentos e da suspeição.

5. Dos atos processuais: forma, tempo e prazos. Comunicação dos atos. Nulidades. Valor da causa.

6. Da formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais.

7. Procedimentos: comum ordinário, comum sumário e procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Conceito e natureza jurídica.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8. Processo de conhecimento e tutela antecipada. Resposta. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo.

9. Das provas.

10. Audiência de Instrução e Julgamento.

11. Sentença: conceito, requisição e efeitos.

12. Da coisa julgada.

13. Processo nos Tribunais. Recursos: conceito, pressupostos, juízo de admissibilidade, efeitos. Apelação. Agravo. Embargos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Formas não recursais de impugnação às decisões judiciais.

14. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Embargos do devedor e de terceiros. Remissão, suspensão e extinção do processo de execução.

15. Processo Cautelar. Eficácia temporal dos provimentos cautelares. Procedimentos cautelares nominados e inominados.

16. Das Ações de procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento, ação de depósito, ação de prestação de contas, ações possessórias, ação de usucapião, do interdito proibitório, ação de inventário e partilha, ação de separação, divórcio, ação de alimentos, ação monitoria, embargo de terceiros. Ação de despejo. Ação de acidente do trabalho.

17. Desapropriação e o processo expropriatório.

Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Civil Pública.

18. Aspectos processuais das Leis: 8.078/90; 8.245/91; 10.259/01; 8.560/92; 9.099/95; e do Decreto - Lei 911/69.

DIREITO PENAL

1. Princípios Constitucionais Penais.

2. Teoria da norma. Âmbito de validade temporal e espacial. Conflito aparente de normas. Contagem de prazo.

3. Tipicidade. Ação e omissão. Nexos de causalidade jurídico. Critérios normativos de relevância. Elementos subjetivos. Exclusão da tipicidade.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4. Ilicitude. Causas legais e supralegais de justificação. Elementos subjetivos da justificação.
5. Culpabilidade. Imputabilidade. Potencial consciência de ilicitude. Causas legais e supralegais de exclusão da culpabilidade. Exigibilidade de conduta diversa.
6. Tentativa, nos crimes comissivos e omissivos; desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível.
7. Erro jurídico penal relevante. Erro de tipo e erro de proibição. Discriminantes putativas.
8. Concurso de pessoas.
9. Das sanções: Penas e medidas de segurança.
10. Aplicação da pena e regimes penitenciários. Limite das penas.
11. Concurso de crimes. Erro de execução e resultado diverso do pretendido.
12. Livramento condicional. Revogação e seus efeitos.
13. Ação penal.
14. Extinção da punibilidade.
15. Crimes contra: a pessoa, o patrimônio, os costumes, a família, a fé pública e a administração pública.
16. Aspectos penais das seguintes leis: Lei 2.252/54; Lei 4.898/65; Lei 5.250/67; Lei 5.478/68; Lei 8.069/90; Lei 8.072/90; Lei 8.078/90; Lei 9.034/95; Lei 9.455/97; Lei 9.503/97; Lei 9.605/98; Lei 9.609/98; Lei 10671/03, Lei 10.826/03; Lei 11.101/05; Lei 11340/06; Lei 11343/06; Decreto-Lei 3.688/41; Decreto-Lei 201/67.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. A norma processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da norma processual penal.
2. Fontes do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal. Princípios disciplinadores do Direito Processual Penal. As garantias constitucionais e o Processo Penal.
3. Polícia e Inquérito Policial.
4. Ação Penal. Ação Civil.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5. Jurisdição. Órgãos de Jurisdição Penal. Competência. Métodos de determinação e modificação da competência. Conflito de jurisdição. Conflito de Competência. Competência da Justiça Federal e da Justiça Militar Estadual.
6. Sujeitos do processo. Capacidade processual. Legitimidade. O Ministério Público e seu assistente. Acusado e defensor. O interrogatório do acusado e a ampla defesa. Princípios que regem o contraditório.
7. Processo e procedimento. Dos procedimentos comuns e especiais.
8. Das medidas assecuratórias.
9. Da insanidade mental do acusado.
10. Das provas.
11. Instrução criminal. Prisão e suas modalidades. Liberdade provisória. Fiança. Citações e intimações. Questões e processos incidentes.
12. Sentença criminal; formalidades essenciais; declaração da sentença; nova definição jurídica do fato; publicidade; efeitos. A validade da sentença condenatória criminal enquanto coisa julgada inconstitucional.
13. Crimes da competência do júri e do juiz singular. Pronúncia. Impronúncia. Absolvição sumária. Desclassificação. Desqualificação. Quesitos. Do Julgamento pelo júri.
14. Recursos. Fontes normativas dos recursos. Classificação dos recursos. Procedimento recursal. Efeitos dos recursos. Juízo de admissibilidade. Extinção anormal das vias recursais. Dos recursos em espécie. Nulidades.
15. Aspectos processuais das seguintes leis especiais: Lei 7.210/84; Lei 8.069/90; Leis 9.099/95 e 10.259/01; Lei 4.898/65; Lei 5.250/67; Lei 9.503/97; Leis 8.072/90 e 8.930/94; Lei 9.455/97; Lei 7.960/89; Lei 9.807/99; Lei 9.605/98; Lei 9.296/96; Lei 9.034/95; Lei 8.038/90; Lei 10.741/03; Lei 10.826/03; Lei 10671/03, Lei 11.101/05; Lei 11340/06; Lei 11343/06.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Indivíduo, Sociedade e Estado.
2. Do Poder Constituinte.
3. Da Interpretação e Aplicabilidade da Norma Constitucional.
4. Do Controle de Constitucionalidade.
5. Dos Princípios Fundamentais.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
7. Da Organização do Estado.
8. Da Organização dos Poderes.
9. Das Funções Essenciais à Justiça.
10. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
11. Do Sistema Tributário Nacional.
12. Da Ordem Econômica e Financeira.
13. Da Ordem Social.
14. Das Disposições Constitucionais Gerais.
15. Das Disposições Constitucionais Transitórias.
16. Da Constituição do Estado de Minas Gerais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios do Direito Administrativo. Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo.
2. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos. Desconcentração e descentralização administrativa. Personalidade de Direito Público. Pessoa administrativa.
3. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, motivação, espécies, revogação e anulação. Classificação dos atos administrativos. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Vícios ou defeitos dos atos administrativos. A teoria das nulidades no Direito Administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Revogação, anulação, cassação e convalidação do ato administrativo. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes.
4. Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização. Inexecução, revisão e rescisão. Execução do contrato administrativo. Alteração unilateral. Teoria do fato do príncipe. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico-financeiro.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Recursos administrativos.

6. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização. Parcerias público-privadas. Concessão de serviço público. Natureza jurídica e conceito. Extinção da concessão de serviço público. Reversão dos bens. Permissão e autorização.

7. Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público. Agentes públicos. Servidor e funcionário público. Natureza jurídica da relação de emprego público. Agentes políticos. Funcionário efetivo e vitalício. Garantias. Estágio probatório. Cargo em comissão. Agente de fato. Aposentadoria do servidor público. Defensor Público. Provimento e vacância dos cargos públicos.

8. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; aforamento de bens; cessão de uso. Limitações administrativas. Ocupação temporária. Requisição. Servidão. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

9. Controle da Administração. Controle jurisdicional da Administração Pública. Sistemas. A teoria da reserva do possível.

10. Responsabilidade civil e patrimonial do Estado: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso.

11. Limitações do direito de propriedade. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação por necessidade e utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação indireta. Retrocessão. Servidão e requisição administrativa.

12. A ética na Administração Pública. Dever de transparência e de informação. Processo e procedimento administrativo: princípios, fases e modalidades. Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar. Responsabilidade administrativa. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa.

13. Improbidade Administrativa. Proteção da probidade administrativa. Instrumentos de atuação. As sanções na Lei 8.429/1992. Prescrição.

14. Setor público não-estatal. Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público.



15. Ordenamento urbano. Estatuto das Cidades.
16. Populações tradicionais. Acesso ao território e garantias territoriais.
17. Poder de polícia administrativa. Poder de polícia e direitos fundamentais.
18. Reformas Constitucionais Administrativas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito Tributário: Direito Tributário como direito público; Direito Tributário como direito obrigacional; Autonomia; Relação com outros ramos do direito.
2. Fontes do Direito Tributário: Fontes Formais e Fontes Materiais; Fontes Principais e secundárias; Legislação Tributária; Tratados; A Medida Provisória e o Direito Tributário.
3. A Norma Tributária: Hipótese de Incidência Tributária e fato gerador; Aspectos da norma tributária; Incidência Tributária; Eficácia no tempo e no espaço; Interpretação; Integração.
4. Tributo: Conceito; Elementos essenciais; Das Espécies Tributárias;
5. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar e o Sistema Constitucional Tributário. Legalidade Tributária; Capacidade Contributiva; Igualdade Tributária; Uniformidade Tributária; Irretroatividade da Lei Tributária; Anterioridade da Lei Tributária; Vedação do efeito confiscatório; Vedação à limitação de tráfego de pessoas ou bens; Imunidades; Personalização do imposto; Proibição de taxas com base de cálculo própria de imposto; Intributabilidade das rendas da dívida pública dos entes da Federação; Vedação à isenção heterônoma.
6. Dos Tributos em espécie; Impostos; Taxas; Contribuição de Melhoria; Contribuições.
7. Competência Tributária; Competência Legislativa; Competência Arrecadatória;
8. Da obrigação Tributária; Obrigação Tributária; Fato Gerador; Sujeito Ativo; Sujeito Passivo;
9. Responsabilidade Tributária; Sucessores; Terceiros; Por Infrações
10. Crédito Tributário; Constituição; Suspensão; Extinção; Exclusão.
11. Garantias e privilégios do crédito tributário.
12. Dos ilícitos tributários; Crimes; Elisão e Evasão;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

13. Processo Administrativo Tributário e Processo Judicial Tributário.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. Noções de Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto de São José da Costa Rica.

2. Infância e Juventude: Lei 8.069/90.

3. Pessoas com Deficiência e Idosas: Lei 7.853/89; Lei 10.048/00; Lei 10098/00; Lei 10.741/03; Lei 10.690/03; Decreto 3298/99; Decreto 5296/04.

4. Saúde: Lei 8.080/90.

5. Direito Urbanístico: Lei 10.257/01.

6. Consumidor: Lei 8.078/90; Lei 8.884/94; Decreto Federal 2.181/97; Lei 11.101;

7. Institucional: Lei Complementar Estadual 65/03; Lei Complementar 80/94.

8. Tutela Coletiva. Termo de ajustamento de conduta. Ação Civil Pública: Lei 7.347/85.

9. Registro Público: Lei 6.015/73.

10. Execução Penal: Lei 7.210/14.

11. Juizados Especiais: Lei 9.099/95 e Lei 10.259/01.

12. Locação: Lei 8.245/91.

13. Violência doméstica: Lei 11.340/06

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

1. A Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais. A Defensoria Pública na Constituição Estadual e na Constituição Federal. Atribuições e Prerrogativas dos Defensores Públicos.

2. A Lei nº 1.060/50 e suas posteriores alterações. Necessitado: conceitos e demonstração.

3. Organização da Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais. A Defensoria Pública como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado. A Lei Complementar Estadual nº 65/03, a Lei Complementar Estadual nº 87/06 e a Lei Complementar Federal nº 80/94.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4. Os membros da Defensoria Pública como agentes políticos de transformação social. Garantias e Prerrogativas do Defensor Público. Independência Funcional do Defensor Público: conceito e modalidades. Independência Funcional e hierarquia no âmbito interno da Defensoria Pública. O poder de requisição do Defensor Público.

5. A Defensoria Pública na Constituição Estadual e na Constituição Federal. Princípios Institucionais. Princípios da isonomia, ampla defesa e do contraditório e o dever funcional do Defensor Público.

6. Direito ao Acesso à Ordem Jurídica Justa. Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita. A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas.

7. A independência funcional do Defensor Público. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções.

8. Prerrogativas processuais do Defensor Público. A intimação pessoal e o prazo em dobro. Do livre exercício das funções da Defensoria Pública.

9. Atuação do Defensor Público nos juizados da infância e da juventude, nos juizados especiais, nas varas cíveis, criminais e de família. Defensoria Pública e defesa judicial e extrajudicial de interesses individuais, coletivos ou difusos.

10. Atuação extrajudicial da Defensoria Pública. Conciliação e mediação.

Relevância e essencialidade da Defensoria Pública no exercício da Cidadania e da Defesa do Estado de Direito Democrático.

11. Evolução histórica da Defensoria Pública. A Defensoria Pública na Constituição de 1988 e após a Emenda Constitucional n.º 45/04: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições.



ANEXO II – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

À

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Att. de FUMARC/Setor de Concursos

(nome, qualificação, identidade e CPF)

residente e domiciliado na _____

(endereço completo)

requer isenção do pagamento da taxa de inscrição do VI Concurso para Ingresso na Carreira da Defensoria Pública; declara que sua situação econômica não lhe permite pagá-la, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo teor desta declaração; e junta a documentação comprobatória referida no item 7.5.2 do Edital nº. 001/2008.

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 2009.

(Assinatura)



ANEXO III – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DEFINITIVA

À

Comissão do VI Concurso para Ingresso na Carreira da Defensoria Pública de Minas Gerais

Att. de FUMARC/Setor de Concursos

(nome, qualificação, identidade e CPF)

residente e domiciliado na _____

(endereço completo)

candidato aprovado na prova de múltipla escolha e nas provas discursivas requer inscrição definitiva no VI Concurso para Ingresso na Carreira da Defensoria Pública, apresentando os documentos referidos no item 11.1. do Edital n°. 001/2008, na ordem em que foram relacionados.

Declara estar ciente e de acordo com todas as disposições do Edital n°. 001/2008.

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 2009.

(assinatura)